



## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.08.2019.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019**

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, Entidade de Direito Público, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/CSC, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e os BENEFICIÁRIOS abaixo indicados, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, [Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002](#); [Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006](#); [Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014](#); [Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002](#); [Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001](#); [Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013](#); pelos [Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008](#); nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012; [nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013](#); [nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018](#); [nº. 47.437, de 26 de junho de 2018](#); [nº. 37.924, de 16 de maio de 1996](#); [nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009](#); [nº 47.727, de 02 de outubro de 2019](#); pelas [Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016](#); [nº 8.898 de 14 de junho 2013](#); [n.º 4.670, de 5 de junho de 2014](#); pela [Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores](#); [Resolução SEPLAG n.º 13, de 07 de fevereiro de 2014](#); [Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro 2018](#) e as demais normas legais correlatas, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS – PLANEJAMENTO N.º 188/2019**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/CSC

**ENDEREÇO:** Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - 2º andar, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG – CEP: 31.630.901.

**CNPJ/MF:** 05.461.142.0001-70

**REPRESENTANTE LEGAL:** Rodrigo Ferreira Matias, portador do CPF nº 927.943.356-34, Subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados

**BENEFICIÁRIO DO LOTE 01:** CLARO S/A

**ENDEREÇO:** Rua Henri Dunant, 780 Torre A e Torre B - Bairro Santo Amaro - São Paulo/SP

**CNPJ/MF:** 40.432.544/0001-47

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 114.814.878.119

**REPRESENTANTE LEGAL:** Emerson Stefanelli Santos

**CI (RG):** M-2866894 SSP/MG

**CPF/MF:** 025.876.306-06

**E-MAIL:** emerson.stefanelli@embratel.com.br

**REPRESENTANTE LEGAL:** André Luiz Damascena

**CI (RG):** M8230528 SSP/MG

CPF/MF: 993.099.806-30

E-MAIL: andre.damascena@claro.com.br

TELEFONE: (31) 2121-3558

## 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para contratação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), englobando tráfego de dados e acesso à Internet, serviços telefônicos Modalidade Locais, Modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, incluindo o fornecimento dos equipamentos necessários, em comodato, mediante contrato, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Item	Código do Item no SIAD	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de aquisição	Valor Total (R\$)
1	1	92460	SERVICO DE TELEFONIA MOVEL PESSOAL, CONFORME PLANEJAMENTO DE RP 188/2019	1	Unidade	2.298.538,81

Lote	Item	Composição do serviço contratado	Quantidade de acessos/linhas	Consumo por Acesso (minutos/mensagens/chamadas)	Quantidade Total	Unidade de Aquisição	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
	1	ASSINATURA MENSAL DE SERVIÇO TELEFONIA MÓVEL, SEM COMODATO DO APARELHO CELULAR	7557	1	90.684	Unidade	2,62	237.592,08
	2	ASSINATURA MENSAL DE SERVIÇO TELEFONIA MÓVEL, COM COMODATO DO APARELHO CELULAR	5100	1	61.200	Unidade	2,62	160.344,00
	3	PLANO DE DADOS 5 GB - FRANQUIA COM ACESSO ILIMITADO A INTERNET	10664	1	127.968	Unidade	2,00	255.936,00

	ATRAVÉS DE ESTAÇÃO MÓVEL						
4	PLANO DE DADOS 10 GB - FRANQUIA COM ACESSO ILIMITADO A INTERNET SEM COMODATO DO MODEM	1974	1	23.688	Unidade	3,00	71.064,00
5	PLANO DE DADOS 10 GB - ACESSO ILIMITADO A INTERNET, COM COMODATO DO MODEM OU OUTRO COMPATÍVEL	2046	1	24.552	Unidade	3,00	73.656,00
6	PLANO DE DADOS 20 GB - ACESSO ILIMITADO A INTERNET, SEM COMODATO DO MODEM	532	1	6.384	Unidade	5,00	31.920,00
7	PLANO DE DADOS 20 GB - ACESSO ILIMITADO A INTERNET, COM COMODATO DO MODEM OU OUTRO COMPATÍVEL	3396	1	40.752	Unidade	5,00	203.760,00
8	VC-1(1) - LIGAÇÃO DE MÓVEL PARA FIXO DA MESMA CIDADE OU ENTRE CIDADES DE MESMO CNL(DDD). POR MINUTO	12657	106,6	16.191.816	Minutos	-	-
9	VC-1(2) - LIGAÇÃO DE MÓVEL PARA MÓVEL MESMA OPERADORA , COM MESMO CNL(DDD), FORA DO PLANO CORPORATIVO. POR MINUTO	12657	182,6	27.738.823	Minutos	-	-
10	VC-1(3) - LIGAÇÃO LOCAL DE MÓVEL PARA MÓVEL DE OUTRA OPERADORA DO MESMO CNL (DDD). POR MINUTO	12657	129,3	19.642.723	Minutos	-	-
11	VC-1R1 - LIGAÇÃO LOCAL DE MÓVEL, EM ROAMING NACIONAL, PARA FIXO	12657	27,5	4.182.307	Minutos	-	-
	VC-1R2 - LIGAÇÃO LOCAL DE MÓVEL, EM ROAMING						

Único	12	NACIONAL, PARA MÓVEL DA MESMA OPERADORA. POR MINUTO	12657	28,9	4.382.491	Minutos	-	-
	13	VC-1 R(3) - LIGAÇÃO DE MÓVEL, EM ROAMING NACIONAL, PARA MÓVEL DE OUTRA OPERADORA. POR MINUTO	12657	31,7	4.810.927	Minutos	0,01	48.109,27
	14	DESLOCAMENTO 1 (DSL-1) - RECEBIMENTO DE LIGAÇÃO DENTRO DO ESTADO, NA ÁREA OPERADORA, CNL(DDD) DIFERENTE. POR MINUTO	12657	18,8	2.860.339	Minutos	-	-
	15	DESLOCAMENTO 2 (DSL-2) - RECEBIMENTO DE LIGACAO QUANDO APARELHO ESTIVER EM OUTRO ESTADO. POR MINUTO	12657	13,4	2.036.179	Minutos	-	-
	16	ADICIONAL DE DESLOCAMENTO (AD). POR CHAMADA/EVENTO	12657	14,1	2.145.444	Chamadas	-	-
	17	SERVIÇO DE CAIXA POSTAL - LIGAÇÃO DESTINADA A CAIXA POSTAL. POR MINUTO	12657	6,4	971.976	Minutos	-	-
	18	SMS 1 - SHORT MESSAGE SERVICE - MENSAGEM ENVIADA VIA CELULAR PARA MESMA OPERADORA. POR SMS	12657	15,9	2.408.316	Unidade	0,04	96.332,64
	19	SMS 2 - SHORT MESSAGE SERVICE - MENSAGEM ENVIADA VIA CELULAR PARA OUTRA OPERADORA. POR SMS	12657	15,6	2.371.128	Unidade	0,03	71.133,84
		MMS 1 - MULTIMEDIA MESSAGE						

20	SERVICE - MENSAGEM MULTIMÍDIA ENVIADA VIA CELULAR PARA MESMA OPERADORA . POR MENSAGEM	12657	3,2	485.524	Unidade	-	-
21	MMS 2 - MULTIMEDIA MESSAGE SERVICE - MENSAGEM MULTIMÍDIA ENVIADAS VIA CELULAR PARA OUTRA OPERADORA. POR MMS	12657	4,8	732.124	Unidade	-	-
22	VC-2(1) - LIGAÇÃO DE MÓVEL PARA FIXO DE LOCALIDADE COM PRIMEIRO DÍGITO CNL (DDD) IGUAL A 3, EXCETO 31. POR MINUTO	12657	45,9	6.968.904	Minutos	0,03	209.067,12
23	VC-2(2) - LIGAÇÃO MÓVEL PARA MÓVEL, MESMA OPERADORA, DE LOCALIDADE PRIMEIRO DÍGITO CNL(DDD) IGUAL A 3,EXCETO 31. POR MINUTO	12657	67,7	10.281.648	Minutos	-	-
24	VC-2(3) - LIGAÇÃO MÓVEL-MÓVEL DE OUTRA OPERADORA DE LOCALIDADE PRIMEIRO DIGITO CNL(DDD) IGUAL A 3,EXCETO 31. POR MINUTO	12657	68,8	10.454.328	Minutos	0,03	313.629,84
25	VC-3(1) - LIGAÇÃO DE MÓVEL PARA FIXO DE LOCALIDADE COM PRIMEIRO DÍGITO CNL(DDD) DIFERENTE DE 3. POR MINUTO	12657	36,4	5.525.292	Minutos	0,03	165.758,76
26	VC-3(2) - LIGAÇÃO DE MÓVEL PARA MÓVEL, MESMA OPERADORA, EM LOCALIDADE PRIMEIRO DIGITO CNL(DDD)	12657	45,4	6.891.702	Minutos	-	-

		DIFERENTE DE 3. POR MINUTO					
27		VC-3(3) - LIGAÇÃO DE MÓVEL-MÓVEL DE OUTRA OPERADORA DE LOCALIDADE COM PRIMEIRO DÍGITO CNL(DDD) DIFERENTE DE 3. POR MINUTO	12657	55,9	8.486.874	Minutos	0,03 254.606,22
28		VC-2R - LIGAÇÃO VC-2 QUANDO APARELHO ESTIVER EM ROAMING NACIONAL. POR MINUTO	12657	11,6	1.761.450	Minutos	0,03 52.843,50
29		VC-3R - LIGAÇÃO VC-3 QUANDO APARELHO ESTIVER EM ROAMING NACIONAL. POR MINUTO	12657	11,6	1.759.518	Minutos	0,03 52.785,54

2.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.1.2. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos e Entidades para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

### 3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, através do Centro de Serviços Compartilhados - CSC.

3.2. São participantes deste Registro de Preços, os seguintes órgãos:

<a href="#">1080</a>	<a href="#">ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">2440</a>	<a href="#">AG. REG. SERV. ABAST. AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO</a>
<a href="#">2430</a>	<a href="#">AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH</a>
<a href="#">2460</a>	<a href="#">AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMVA</a>
<a href="#">1520</a>	<a href="#">CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">1400</a>	<a href="#">CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">1440</a>	<a href="#">DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">2300</a>	<a href="#">DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM</a>
<a href="#">1540</a>	<a href="#">ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">2070</a>	<a href="#">FUND. DE AMPARO A PESQ. DO ESTADO DE MINAS GERAIS</a>
<a href="#">2320</a>	<a href="#">FUNDACAO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG</a>
<a href="#">2180</a>	<a href="#">FUNDACAO CLOVIS SALGADO</a>
<a href="#">2090</a>	<a href="#">FUNDACAO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</a>
<a href="#">2260</a>	<a href="#">FUNDACAO EZEQUIEL DIAS</a>

<a href="#"><u>2060</u></a>	<a href="#"><u>FUNDACAO JOAO PINHEIRO</u></a>
<a href="#"><u>2210</u></a>	<a href="#"><u>FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA</u></a>
<a href="#"><u>1070</u></a>	<a href="#"><u>GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MG</u></a>
<a href="#"><u>2200</u></a>	<a href="#"><u>INST. EST. DO PATRIMONIO HIST. E ARTISTICO DE MG</u></a>
<a href="#"><u>2010</u></a>	<a href="#"><u>INST.DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO EST.M.GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>2420</u></a>	<a href="#"><u>INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NORTE E NORDESTE MG</u></a>
<a href="#"><u>2330</u></a>	<a href="#"><u>INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DE MG</u></a>
<a href="#"><u>2100</u></a>	<a href="#"><u>INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF</u></a>
<a href="#"><u>2240</u></a>	<a href="#"><u>INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS</u></a>
<a href="#"><u>2250</u></a>	<a href="#"><u>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>2040</u></a>	<a href="#"><u>LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>1100</u></a>	<a href="#"><u>OUVIDORIA GERAL DO ESTADO</u></a>
<a href="#"><u>1510</u></a>	<a href="#"><u>POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>1250</u></a>	<a href="#"><u>POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>1090</u></a>	<a href="#"><u>PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA</u></a>
<a href="#"><u>1220</u></a>	<a href="#"><u>SEC. EST. DESENV. ECO. CIENC. TEC. E ENS. SUPERIOR</u></a>
<a href="#"><u>1230</u></a>	<a href="#"><u>SECRET. DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABAST</u></a>
<a href="#"><u>1270</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA</u></a>
<a href="#"><u>1190</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</u></a>
<a href="#"><u>1320</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</u></a>
<a href="#"><u>1450</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PRISIONAL</u></a>
<a href="#"><u>1260</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO</u></a>
<a href="#"><u>1490</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO</u></a>
<a href="#"><u>1500</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO</u></a>
<a href="#"><u>1480</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO</u></a>
<a href="#"><u>1370</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA ESTADO DE MEIO AMB.DESENV SUSTENTAVEL</u></a>
<a href="#"><u>1630</u></a>	<a href="#"><u>SECRETARIA GERAL</u></a>
<a href="#"><u>2350</u></a>	<a href="#"><u>UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS</u></a>
<a href="#"><u>2310</u></a>	<a href="#"><u>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS</u></a>

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, outros entes da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais, que não tenham participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais, por outros órgãos/entidades não poderão exceder, por órgão/entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, improrrogáveis**, a contar da data de sua publicação.

4.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação;

5.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

5.4. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

5.5. É vedado ao contratado interromper a prestação de serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

5.7. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

5.8. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

6.1. O fornecedor poderá ter o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.2.1. Por razões de interesse público;



6.2.2. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **7 - CLÁUSULA SETIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

7.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente Ata e será formalizada mediante (a) termo de contrato, (b) emissão de nota de empenho de despesa; ou (c) autorização de compra; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

7.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.4. Previamente à formalização de cada nota de empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, o Órgão participante realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A contratada que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.1. advertência por escrito;

8.1.2. multa de até:

8.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

8.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

8.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

8.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5.

8.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

8.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

8.7. As sanções relacionadas nos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

8.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

8.8.1. Retardarem a execução do objeto;

8.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

8.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **9 - CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação.

9.2. Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/CSC gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47.727, de 02/10/2019.

## **10. CLÁUSULA DECIMA - DO FORO**

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2019.

**Emerson Stefanelli Santos**  
CLARO S/A

**André Luiz Damascena**  
CLARO S/A

**Rodrigo Ferreira Matias**  
Subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados - CSC  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Damascena, Representante Legal**, em 26/11/2019, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Stefanelli Santos, Representante Legal**, em 26/11/2019, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Matias, Subsecretário(a)**, em 27/11/2019, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9137810** e o código CRC **4EEF650B**.

---